



Arquivo

Kissinger: receita de exportação não aliviaria a carga

“O braço-de-ferro que arruinará todo mundo”

HENRY KISSINGER

O reembolso total da dívida mundial é impossível, afirma o ex-secretário de Estado, que começa por esse problema particularmente explosivo, sua crônica mensal em Le Point.

A recusa da Argentina de negociar com base nas propostas do Fundo Monetário Internacional e sua insistência em promover sua própria programação de reorganização indicam que alguma coisa está se realizando: uma certa maneira de gerir, há dois anos, a questão da dívida mundial. De uma forma ou de outra, as democracias industriais vão ter de enfrentar duas realidades: nos próximos dez anos, ou talvez mais, não há nenhuma possibilidade do principal da dívida de um país devedor ser reembolsado; por outro lado, o problema do pagamento dos próprios juros ameaça tornar-se politicamente insuportável, a não ser que seja tratado como um problema político e não como uma questão técnica-econômica. Enfim, a prolongada recusa à aceitação dessa situação tem todas as possibilidades de provocar uma confrontação política entre os Estados Unidos e seus principais devedores latino-americanos.

Alguns números ilustram a amplitude do problema. No fim de 1983, os principais devedores latino-americanos, Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, Peru e Colômbia, deviam mais de 300 bilhões de dólares. Só os juros da dívida absorviam mais de 40% das receitas de suas exportações. O total de sua dívida — mesmo depois de reescalonamento, como se diz em linguagem técnica — representava mais de 60% de suas receitas. Prevê-se uma deterioração dessa situação. Cada 1% suplementar da taxa de juros americana custa cerca de três bilhões de dólares aos países latino-americanos. O pagamento dos juros, já difícil de assumir, foi, portanto, recentemente agravado pelo aumento das taxas de juros americanos.

As receitas que os países devedores conseguem com suas exportações não poderão aumentar suficientemente nos próximos anos para permitir-lhes aliviar de forma significativa a carga de suas dívidas. Diversos estudos recentes mostraram que as exportações latino-americanas aumentariam menos de 10% nos próximos anos. Ora, segundo as previsões mais otimistas, o pagamento dos juros que devem efetuar continuará superior a um terço de suas receitas.

Esses pagamentos, muito simplesmente, não poderão ser feitos. Nenhum dos principais países devedores poderá, ao mesmo tempo, pagar suas dívidas, esperar um certo crescimento econômico e salvaguardar seu equilíbrio político e social. Quando os devedores têm de pedir empréstimos para pagar os juros de sua dívida, encontramo-nos em uma situação historicamente sem precedentes e politicamente insuportável: aquela em que os países do Terceiro Mundo se transformam em exportadores de capitais. Este ano, os países latino-americanos pagarão 20 bilhões de dólares a mais de juros do que receberão em empréstimos.

Foi em 1982 e no México que a crise surgiu em sua verdadeira dimensão. Até então, o FMI prescrevia diretrizes para melhor gestão econômica dos países devedores que enfrentavam as dificuldades mais prementes. Os bancos e o FMI faziam um adiantamento, que, na prática, raramente excedia a soma dos juros em atraso. Entretanto, esse método essencialmente técnico e fragmentário atingiu os limites do que é politicamente aceitável.

Pois o Fundo Monetário foi criado para sanar dificuldades de curto prazo de um dado país. Não tem os recursos financeiros e a capacidade

política de resolver uma crise do conjunto do sistema financeiro internacional. Os remédios que prescreve e que, na realidade, implicam certa austeridade, dão bons resultados quando são aplicados a um caso específico. Podem ter efeitos politicamente prejudiciais se os pacientes são um conjunto de países e se a doença durar quase uma década.

Entre 1981 e 1983, os países da América Latina reduziram em 41% suas importações. Mas o ritmo do crescimento de suas exportações acompanhou com grande dificuldade o aumento de sua dívida produzido por um sistema em que os devedores pedem empréstimos aos bancos para reembolsar os juros devidos a esses mesmos bancos.

Na Argentina, o novo governo do presidente Raúl Alfonsín — a experiência democrática mais animadora desta geração — considera que a intensificação da austeridade equivale a um suicídio político, espremido como já está entre a agressividade da classe militar e a hostilidade dos sindicatos peronistas. Com razão ou não, contestar o atual sistema de saldar a dívida tornou-se o problema político predominante na América Latina.

O resultado é que a margem de manobra dos credores reduziu-se gradativamente nos últimos meses. Tornou-se claro que estes não querem correr o risco de uma falência de seus devedores. E que os bancos não estão em condições de enfrentar governos que lutam por sua sobrevivência política. O plano de salvamento elaborado para a Argentina em março não deixa nenhuma dúvida nesse sentido.

Quando esse país ameaçou recuar-se a pagar os juros de suas dívidas privadas — o que envolvia perdas severas, mas suportáveis — o Tesouro americano fechou os olhos. Manejou para que um grupo de países devedores (México, Brasil, Colômbia e Venezuela) se encarregasse de um empréstimo à Argentina. Esse plano de salvamento superficial não pode dissimular que sua condição essencial é uma garantia americana. Como poderia ser diferente quando o empréstimo foi assumido por países incapazes de reembolsar suas próprias dívidas? Nesse caso, os Estados Unidos mostraram sua paralisia e deram sua bênção, ainda que involuntária, ao princípio de um cartel dos devedores.

As democracias industriais podem tomar medidas unilaterais que permitam sair da crise. Devem adotar políticas econômicas que encorajem a expansão e, portanto, que favoreçam as exportações dos países latino-americanos. Poderiam afrouxar o protecionismo e, acima de tudo, baixar as taxas de juros. Este último voto relaciona-se essencialmente com os Estados Unidos.

Os bancos não podem continuar a suportar a carga da negociação das reformas econômicas sem que acabem-se transformando também em paradas políticas. Os governos devem interferir para criar as condições políticas que permitam fazer os sacrifícios que a realidade, de qualquer maneira, imporá um dia ou outro.

Nesse contexto, é preciso incentivar os bancos a abandonarem a ilusão de que o reembolso total da dívida é possível. Novos mecanismos devem ser inventados para fazer coincidir a carga dos reembolsos e a capacidade de pagar e para reescalar a dívida de maneira realista. Os governos deverão elaborar critérios para o reescalonamento da dívida.